

Professores indígenas relatam conflito entre militares e índios em Uiramutã

Aumenta a cada dia a tensão entre militares e indígenas em Uiramutã. O não julgamento de Mérito da Ação Judicial que pede o embargo do 6º PEF e a morosidade para a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol acirram os conflitos.

Os professores macuxi, Leonardo Pereira (aldeia Uiramutã) e Alcelino Clemetino (aldeia Lage) fizeram relatório detalhado de incidente envolvendo militares alojados nas instalações do 6º Pelotão Especial de Fronteiras e indígenas da região das Serras. O documento foi entregue, ontem, 11 de abril, na sede do Conselho Indígena de Roraima e imediatamente remetido à Funai (Fundação Nacional do Índio) e ao Ministério Público Federal para providências.

A carta dos professores relata que militares e índios ficaram frente à frente apontando fuzis e flechas, respectivamente. Segundo afirmam, o comandante da operação ordenou que expusessem no centro da aldeia, um objeto que eles suspeitam tratar de uma bomba. (ver documento na íntegra).

O administrador regional da Funai, Martinho Andrade, através do memo nº 048, de 11 de abril, comunica ao presidente da Instituição, Glênio Alvarez, que “a situação na comunidade indígena Lage, situada ao norte do Uiramutã, na etnoregião das Serras - Terra Indígena Raposa Serra do Sol, encontra-se sob eminente risco de conflito entre indígenas e militares do Exército Brasileiro”.

Martinho solicita que o Ministro da Justiça, seja informado da situação de “instabilidade e tensão” porque pode “vir a ser deflagrado um conflito de proporções inimagináveis, na comunidade indígena Lage”. Administração da Funai solicitou apoio da presidência do órgão para que seja criado, imediatamente, um posto provisório de fiscalização na aldeia Lage para “assim poder evitar um mal maior”, conforme afirma o documento.

Fonte: Conselho Indígena de Roraima - CIR - Abril 2002

Anexos:

Carta de professores indígenas denunciando fatos acontecidos em Lage

Leia também o especial:

Exército realiza operação para intimidar indígenas, afirma Cimi

Documentos referentes à discussão:

Abusos sexuais contra as índias lanomamis por soldados do Exército

Carta da Assembléia Geral dos Tuxauas 2002 - Conselho Indígena de Roraima

Carta de professores indígenas denunciando fatos acontecidos em Lage

Relato dos fatos acontecidos na nossa comunidade Lage

No dia 20 de março às 9:30 Pas [sic] da manhã chegou uma viatura na aldeia Lage com 8 (oito) soldados do Exército do Comando do 7º Bis [Batalhão de Infantaria de Selva], na qual começaram a filmar e fotografar a maloca, quando estavam do outro lado do rio, sem a permissão da comunidade e do tuxaua. Em seguida atravessaram o rio. O tuxaua chamou os mesmos para conversar. O sargento Cruz Filho cumprimentou o tuxaua Valdir, em seguida o tuxaua perguntou: - Qual era o objetivo deles na comunidade Lage. O sargento respondeu que era fotografar e filmar a comunidade e o portão. Devido que o trabalho deles era próprio, ou seja da competência deles assim como o trabalho da Funai. O Tuxaua Valdir com sua comunidade que estavam reunidos para o término da construção de uma casa estavam com suas ferramentas de trabalho como: terçados, enchadas [sic] e outras ferramentas necessárias, não permitiram a filmagem e nem fotografar a localidade do portão acorrentado e a comunidade.

A liderança esclareceu aos soldados do Exército dizendo que ali é um ponto de fiscalização indígena que tem o objetivo de controlar a entrada de pessoas não índias como: garimpeiros, bebidas alcoólicas e combustível que vai com destino à aldeia Urinduque “para” que tem o destino final nos garimpos na Guiana Inglesa passando nas aldeias situadas neste país que também estão sofrendo as mesmas conseqüências que nós, criadas pelos mesmos e que nos reclamaram, como sempre fomos vigilantes da fronteira da nossa área, e da fronteira do nosso querido Brasil, decidimos fiscalizar como mais rigor. Então os soldados logo retornaram com destino ao Uiramutã sem nenhuma violência.

Às 16:00 do mesmo dia 20.03.02, pousou por duas vezes um helicóptero do Exército juntando 40 soldados do comando do 7º Bis, as crianças da aldeia horrorizadas correram de suas casas: umas para a mata outras caíram no rio, onde duas dessas crianças: Horivaldo 6 (seis) anos e Floriano 4 (quatro) estavam morrendo afogadas e foram socorridas pelos pais que naquele momento estavam chegando do trabalho.

A comunidade adulta estava toda chegando do trabalho de broca de suas novas roças, inclusive a do tuxaua Valdir, e conduziam as seguintes ferramentas sempre usadas: ferragens de terçados, foices, machados e flechas que nunca deixaram de andar com elas.

Os soldados ao desembarcarem do helicóptero já foram apontando a mira de suas armas à comunidade, filmando e fotografando e pedindo que as pessoas da aldeia não encostassem perto dos mesmos, devido que se teimassem iria haver morte. O tuxaua procurou o comandante da tropa imediatamente para conversar. Onde se apresentou o capital Jonas, o tenente Brasil e Major Polsin.

E imediatamente o capitão Jonas queria saber, qual tinha sido o motivo que a comunidade não havia permitido a filmagem e fotografarem a comunidade e o portão.

O tuxaua Valdir respondeu ao capitão Jonas que sem nenhuma informação com antecedência e sem saber do objetivo da tal operação não deixa fazer nada em sua comunidade, assim foi a filmagem de sua comunidade e do portão de controle da aldeia.

Explicou mais: é uma área indígena, é demarcada e garantida na portaria nº 820. O coordenador do Centro Willimon, Hélio, confirmou e acrescentou dizendo que ali é um ponto de fiscalização indígena que controla a entrada de garimpeiros, bebidas alcoólicas, combustível e drogas que é trazida pelos garimpeiros quando retornam dos garimpos da Guiana.

O major Polsin respondeu dizendo que este portão que é um ponto de fiscalização não é amparado na Constituição Federal, portanto é ilegal. O major pediu aos seus soldados que filmassem. Mas o tuxaua não permitiu, então o soldado teimoso continuou filmando, aí dois índios tentaram tomar a máquina das mãos dos soldados mas não conseguiram. Nesse momento o major Polsin “mandou” autorizou que buscassem no Uiramutã dois guerrilheiros [sic], imediatamente o helicóptero [sic] levantou vôo.

O major Polsin disse que ia autorizar destruir a cerca e o portão, devido que está dificultando o acesso para a comunidade de Urinduque que nunca irão deixar de dar assistência a essa comunidade.

Naquele momento enquanto conversavam os soldados já estavam todos encostados do cercado, estaca em estaca haviam soldados e discutiam bastante, outros estavam posicionados no meio aldeia. Então a comunidade também estava espalhada homem a homem, os soldados com suas armas apontadas para o índio e os índios com a sua flecha armada “pa” [sic] e apontada para o soldado.

Então o tuxaua disse para o major que não iria deixar destruir o cercado e o portão, pois se isso acontecesse de o Exército derrubar o portão e o cercado o tuxaua iria autorizar o seu povo usar as suas armas e provocar derramamento de sangue já que todos estavam armados, tanto eles como os índios e iriam morrer ali no portão construído pela sua comunidade.

O helicóptero pousou com dois homens com uniforme esquisito com atirador de bombas apontadas para a comunidade os soldados levaram de [sic] objeto tipo tubo e colocaram no meio da aldeia estes tubos tinham mais ou menos 60 cm de comprimento, roliços com uma espessura perimetral de uns 40 cm. O tuxaua e ninguém mexeu com o objeto desconhecido que tinha um fio ligado deles até ao helicóptero, contando desconfiamos de ser (estes objetos) bombas armadas para detonar.

As pessoas da aldeia identificaram, dois homens do Uiramutã que não são soldados mas estavam fardados junto com estes. Estes são um filho do Chico Tala e um filho do Castro ambos posseiros no Uiramutã e que não conhecemos de nome mas conhecemos bem de vista.

Os soldados antes de saírem disseram que o nosso tuxaua não vale nada, a comunidade também xingou, mas ela está sendo ameaçada de extermínio dentro de sua aldeia. Pedimos que as autoridades tomem providências pois o que estamos fazendo é devido o desrespeito a organização do nosso povo na indígena Raposa Serra do Sol.

Ass: Leonardo, Alcelino e toda a Raposa Serra do Sol que grita pela justiça.

Abril 2002

Exército realiza operação para intimidar indígenas, afirma Cimi

Leia abaixo a reportagem de J. Rosha e Fernando López denunciando os abusos sofridos pelos indígenas de Rondônia. A matéria foi publicada originalmente no jornal Porantim, um veículo do Conselho Indigenista Missionário.

"É um método de ataque, pois age a partir da ofensiva". Esta explicação do Comando do Exército a um jornal de Boa Vista dava o tom da estratégia usada pelos militares na batalha pela construção do 6º PEF - Pelotão Especial de Fronteira, nas proximidades da maloca Uiramutã, na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, ao norte de Roraima. À resistência indígena contra soldados nas proximidades da aldeia, o Exército respondeu com a operação denominada "Caçador II", realizada simultaneamente nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima, sendo que neste último as incursões se deram na região das Serras, onde, por coincidência, é maior rejeição por parte dos indígenas contra a construção daquela unidade militar.

A Operação Caçador II, realizada no final de novembro passado, teve a participação de 500 soldados, tanques do tipo Urutu, veículos e armamentos pesados. A incursão militar pelo território onde vivem cerca de 15 mil indígenas Makuxi, Wapixana, Taurepang, Patamona, e Ingaricó começou pela Terra Indígena São Marcos, no município de Pacaraíma, pela rodovia BR-174, que liga Boa Vista à cidade de Santa Helena, na Venezuela.

O grupo responsável pela fiscalização da aldeia Boca da Mata, no interior da Terra Indígena São Marcos, ao norte de Roraima, não sabia o que se passava quando os primeiros soldados do Exército apareceram. Era perto de 23h e ninguém havia sido avisado daquela visita. Quando o dia amanheceu, os demais moradores começavam a se perguntar a quem o Exército caçava naquelas terras, com tantos soldados. As crianças, sem entender, primeiro ficaram assustadas, depois passaram a querer subir nos carros e tanques. Próximo à aldeia, os soldados montaram acampamento. Foi assim que teve início a operação "Caçador II", segundo conta Rivelino Pereira de Souza, morador de aldeia Sorocaima II.

Em nota distribuída à imprensa, o Conselho Indígena de Roraima informava que a presença militar deixou as comunidades indígenas amedrontadas, pois tudo foi feito de surpresa. "Aquela operação foi feita para intimidar as comunidades diante de tantas manifestações de protesto contra a construção de uma unidade militar na maloca Uiramutã", diz Jaci José de Souza, coordenador do Conselho Indígena de Roraima.

Assistencialismo

Além da demonstração de força, a estratégia militar para isolar os líderes e tuxauas contrários à construção do pelotão em Uiramutã previa a utilização de outro recurso: o assistencialismo. "Nas barracas montadas próximo às aldeias, eles atendiam as pessoas da comunidade, prestando serviço médico e odontológico", conta Rivelino.

Para o coordenador do CIR, Jaci José de Souza, aquela iniciativa não fazia sentido, pois os indígenas contam com seus próprios recursos para prestar assistência à saúde. "Nós temos os nossos próprios projetos para atendimento médico. O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), tem sido bastante eficaz", diz Jaci. Indagado se a ação do Exército somaria com as

iniciativas do Distrito Sanitário, Jaci destacou que a participação da Instituição era prevista apenas no apoio logístico, principalmente na remoção de doentes localizados em áreas distantes, pois somente os militares possuem os meios para estas tarefas. Esta deliberação foi tomada na Segunda Conferência Estadual de Saúde, realizada ano passado.

"Além do atendimento médico prestado durante a operação Caçador II, o Exército está construindo escolas em algumas aldeias com recursos do Projeto Calha Norte", revela Jaci José de Souza. Segundo denuncia, a iniciativa tem por finalidade abafar os protestos contra a construção do 6º PEF em Uiramutã. Todas as ações militares são tomadas sem consulta às comunidades, lideranças ou organizações indígenas. "Hoje, eles mostram serviço, depois poderão construir outros quartéis e trazer mais soldados para nossa terra", prevê o coordenador do CIR.

"Nós já conhecemos os militares..."

"Nós já conhecemos os militares... Nós já temos experiência de quem eles são e fazem. Por isso, nós da região das Serras, não queremos nem militares nem quartéis em nossas áreas". Com estas palavras, os moradores das malocas localizadas ao norte da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, expressam sua rejeição à construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira nas proximidades da maloca Uiramutã. A rejeição à presença dos soldados cresceu após as denúncias de agressão e abusos sexuais de mulheres indígenas, feitas por Davi Kopenawa, no início do ano passado, fato que motivou investigações por uma comissão de deputados da Câmara Federal.

Em várias oficinas realizadas em sete grandes centros localizados na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, os participantes contaram a história desde os primeiros contatos com os não-índios, destacando várias incursões do Exército e da Polícia Militar do estado de Roraima. Na opinião dos participantes da oficina, a militarização da região onde vivem representa ameaça de "extinção física, social e cultural". "Já temos quartel em Normandia, perto de Uiramutã. Não precisamos de mais quartéis nem de mais soldados. Chega!", protestaram os moradores das Serras.

Outra preocupação expressada pelos indígenas é quanto ao recrutamento de jovens indígenas pelo serviço militar. Eles são seduzidos pelo pagamento do soldo e com o apelo ao patriotismo: "Para você ser um verdadeiro cidadão brasileiro, você precisa servir à pátria, ensinavam os militares. Isto, porém, é visto com desconfiança pelos mais velhos. "É uma grande verdade o que falam os nosso velhos que lutaram e já apanharam dos militares: militar é como onça, chega devagarinho e de mansinho para logo pegar a gente!".

Os textos e fotos acima foram extraídos da publicação Porantim - Em defesa da causa indígena, ano XXIII - nº 242, Brasília/DF - Jan/Fev- 2002. Para obter maiores informações sobre o trabalho do CIMI acesse: www.cimi.org.br